

Quando o tempo dura uma tonelada: Minas Gerais e a mineração

Bárbara Lissa Campos¹, Maria Vaz²

Resumo: Este ensaio trata do trabalho Quando o tempo dura uma tonelada, das artistas Bárbara Lissa e Maria Vaz, que compõem o duo Paisagens Móveis. Enfatizando a importância de reconstituir os acontecimentos do passado para construir outros futuros, o trabalho torna visíveis os fantasmas do desastre em Córrego do Feijão (MG), devastado pela ganância da mineração, encoberto pela lama e poeira de minério diariamente espalhada pelo trem das empresas mineradoras.

Palavras-chave: fotografia; memória; temporalidades; mineração; desastre

When time lasts a ton: Minas Gerais and the mining industry

Abstract: This essay deals with the work Quando o tempo dura uma tonelada, by the artists Bárbara Lissa and Maria Vaz, from duo Paisagens Móveis project. Emphasizing the importance of reconstructing past events to build other futures, the work makes visible the ghosts of the disaster in Córrego do Feijão (MG), devastated by the mining greed, covered by mud and ore dust daily spread by train of mining companies.

Keywords: photography, memory; temporalities; mining; disaster

1 Doutoranda em Estudos Literários (Pós-Lit /FALE /UFMG), com bolsa CAPES. Atuou como bolsista/pesquisadora no Memorial da América Latina (2023). Mestre em artes na linha de pesquisa Artes Plásticas, Visuais e Interartes (PPG-Artes/EBA/UFMG). Bacharel em Artes Plásticas (GUIGNARD/ UEMG / 2019) e licenciada em Letras (FALE / UFMG / 2013). Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901. E-Mail: barbaralissa@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3601-7894>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2908416351338551>. Belo Horizonte, MG.

2 Doutoranda, com bolsa CAPES, e mestre em Artes Visuais pela EBA/UFMG. Bacharel em Artes Plásticas pela Guignard/UEMG. Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Belas Artes. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901. E-Mail: mfigueiredovaz@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7527-6966>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124464480225067>. Belo Horizonte, MG.



Em janeiro de 2021 uma poeira fina do minério de ferro pairava invisível no ar de Córrego do Feijão, distrito de Brumadinho, no estado de Minas Gerais, Brasil. Uma poeira que está constantemente presente em diversas cidades em atividade minerária no território, que de tão fina invade o corpo sorrateiramente, contaminando a pele e os pulmões de quem convive com ela diariamente. Também devido à mineração no Estado, até 2021, pelo menos dois rios de Minas Gerais, o Doce e o Paraopeba, estavam mortos e duas das maiores bacias hidrográficas do estado contaminadas. Essas são as camadas menos visíveis da mineração, só vê quem quer, só sente quem vive. Afinal, como é que se vai provar que um corpo adoeceu de coisa invisível, indetectável? E como se vê que um rio morreu? Todas as outras camadas, entretanto, estão escancaradas aos olhos: não é sutil o fatiamento das montanhas, a paisagem despedaçada por uma atividade incessante e acelerada. Nem mesmo as rachaduras das barragens de rejeito estão tão bem escondidas. O grotesco, só não vê quem não quer.



É em 2021 que damos início a este trabalho, exatamente dois anos após o rompimento da barragem de Córrego do Feijão (25 de Janeiro de 2019), controlada pela empresa mineradora multinacional Vale S.A. Este, que não foi o primeiro, foi considerado o maior “acidente” de trabalho já registrado no Brasil, causando a morte de pelo menos 270 pessoas, o desaparecimento de tantas e o derramamento de mais de 10 milhões de metros cúbicos de rejeitos, deixando um rastro de destruição pelo caminho e contaminando o rio Paraopeba, que abastece 35 municípios em Minas Gerais. Um verdadeiro desastre humanitário e ambiental.

Em 2019, a cena do desastre foi televisionada, documentada e comentada tanto em território nacional quanto internacional. Quatro anos antes, em 2015, o mundo viu um evento similar ocorrer no distrito de Mariana, também no estado de Minas Gerais. No entanto, como se um crime já não fosse suficiente, mesmo após o segundo ocorrer — somando a morte de 289 pessoas, dois rios (casa de milhares de peixes e fonte de sustento de centenas de famílias), um número incontável de plantas e animais — a atividade minerária na região sequer desacelerou.



Uma atividade que corre em ritmo acelerado e oferece muitos riscos: das 367 barragens de rejeito de mineração contabilizadas no estado, 21 barragens apresentam riscos médios ou elevados à população do entorno e 148 possuem um elevado potencial de danos às populações ribeirinhas, ao patrimônio histórico-cultural, à infraestrutura urbana e rural, bem como ao meio ambiente. De acordo com o Ministério Público de Minas Gerais, essa ameaça já existia na barragem de Córrego do Feijão antes do chamado “acidente” e era conhecida pela empresa.



A mineração no estado de Minas Gerais ocorre em áreas de preservação ambiental, com nascentes de rios, intensa vida silvestre da fauna e da flora e próximo a comunidades. Com uma mineração predatória, pouca fiscalização, e licenças dadas mesmo em caso de risco — também por interesse e pressão internacional —, as regiões são exploradas até o seu completo esgotamento. Então, o processo é iniciado em outro território, como por exemplo os parques estaduais do Itacolomi e do Ibitipoca, colocados a leilão em 2022 pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

É importante recordar que mais de 300 anos antes, no período da colonização do Brasil, os bandeirantes que exploravam o território encontraram aluviões auríferos no estado de Minas Gerais e deu-se início à mineração, desde então agressiva e predatória ao meio ambiente e aos trabalhadores. A ativi-

dade minerária tornou-se, ao longo dos anos, uma das principais atividades econômicas do estado e, hoje em dia, não é mais apenas o ouro, mas o ferro que movimenta esse mercado. São mais de 300 anos de história construídos com base na exploração e manutenção de privilégios corporativistas, visando, acima de tudo e de todos, o lucro; anos de histórias soterradas nos escombros do progresso. Em 2015 e 2019, mesmo com tantos holofotes e com a vasta reprodução de imagens da barbárie que assolaram Mariana e Brumadinho, alguns rastros já são — praticamente — invisíveis.

De volta a 2021, é o invisível — ou o que se deseja invisibilizar — que nos leva de volta ao local do crime, em busca do que ainda reverberava no local desde o dia do desastre. O que seria passível de ser visto, fotografado e vivenciado dois anos após aquele Janeiro de 2019? Como criar memória do inimaginável, ou mesmo do que parecia invisível? Quais seriam outras formas de documentar desastres para além do instante em que ocorrem, para além da destruição imediata causada por eles? A partir destas questões, o trabalho propôs fotografar de forma sensível o que restou do evento na paisagem local, dois anos após o ocorrido. O que ainda tinha para ser visto haveria de ser fotografado sutilmente, quase às cegas, como um horizonte desolado e casas abandonadas cobertas, intencionalmente, por plantas rasteiras e capim que esconde a lama.



Registrando de modo experimental, documental e imaginário, a memória do evento daquele 25 de janeiro de 2019 está gravada nas fotografias e nos vídeos, que nos convidam a olhar desde a perspectiva do território, dos entes não humanos que vivenciaram e vivenciam a dominação e a destruição perpetradas. O trabalho visual *Quando o tempo dura uma tonelada* é composto, portanto, de muitas camadas difíceis de serem acessadas, sem referenciais explícitos do desastre, no intuito de acionar a memória de quem olha para as imagens, lembrando que o desastre continua acontecendo.



Utilizando uma câmera Zeiss Ikon, e um negativo 120mm, as fotografias são conjugadas, sem separação por frames, dando materialidade à multiplicidade de dimensões temporais vigentes. Ao trabalhar com uma técnica que permite a produção de uma sobreposição parcial de imagens, onde um quadro invade e recompõe o outro, é possível construir e conjugar diversas paisagens e tempos. A narração por meio desta série de imagens constrói um testemunho diferente daquele do evento em si, focando naquilo que resta dele.

Quando o tempo dura uma tonelada constrói uma narrativa do trauma a partir da própria materialidade da paisagem presente nas imagens: a materialidade do território, da montanha, do minério, do rio, do ar, dos ani-



mais, pois os negativos foram revelados com a água local, contaminada por metais pesados, e pela poeira fina de minério, resultando em imagens-fantasmas, carregadas de camadas que dificultam a sua apreensão. Os fantasmas também são um apelo à memória.

O trabalho desdobrou-se, além das fotografias, em dois vídeos. Em *A Estação* ^[1] (2022), testemunhamos o minério de ferro sendo levado das montanhas de Minas Gerais pelo trem que hoje transporta o minério, mas que outrora transportava pessoas por aqueles mesmos trilhos e estações. Enquanto esperávamos pelo trem do minério, conhecemos Crescêncio, um senhor de 70 anos, que mora a poucos metros dos trilhos no distrito de Melo Franco, também em Brumadinho. A cidade foi formada a partir da construção da ferrovia, que era um elo entre a comunidade, mas após sua desativação, muitos moradores foram embora, bem como grande parte do comércio local fechou, modificando completamente a comunidade. A estação, outrora lugar de passagens e encontros, de onde o trem trazia e levava visitantes e passageiros, é agora uma vaga lembrança dos encontros e partidas. Crescêncio e seus vizinhos respiram diariamente a poeira tóxica que chega com os cento e cinquenta vagões que transportam o minério a cada hora, o dia todo, sem descanso. Mesmo quando é madrugada, ele corre e apita alto.

No vídeo *Tempo Partido* ^[2] (2022), aparecem dois tempos que coexistem no território de Brumadinho após o rompimento da barragem de Córre-





go do Feijão: um tempo parado, silencioso, suspenso desde o ocorrido, com uma paisagem que demora a “digerir” os restos da lama — e, além de tudo, atravessa uma pandemia —; e outro tempo que nunca cessa de correr, performado pelas obras da empresa mineradora que rapidamente encobrem o desastre, pelo capim semeado a fim de que cresça rapidamente para ocultar a lama e, também, pelo trem da Vale que transporta toneladas de minério diariamente. Diante do tempo acelerado do progresso econômico e o tempo do “fracasso”, a ponte partida pela lama no dia do desastre revela a ruína criada pelo próprio progresso. Um vendaval que nos leva imparavelmente para o futuro, nos arrastando, enquanto os detritos se acumulam aos nossos pés, perante a marcha do progresso que segue passando por cima de tudo.

Referências

[1] Zisimopoulou, Documentos indicam que Vale sabia das chances de rompimento da barragem de Brumadinho desde 2017, [https:// g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/12/documentos-indicam-que-vale-sabia-das-chances-de-rompimento-da-barragem-da-brumadinho-desde-2017.ghtml](https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/12/documentos-indicam-que-vale-sabia-das-chances-de-rompimento-da-barragem-da-brumadinho-desde-2017.ghtml), acesso em 15/12/22.

[2] Rafaella Dotta, MG passa por dezembro de pressão para aumentar mineração, Brasil de Fato, <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/12/14/mg-passa-por-dezembro-de-pressao-para-aumentar-mineracao>, accessed on 15/12/22. See also, Sabrina Rodrigues, Retrospectiva: Rompimento da barragem de Brumadinho foi a primeira grande tragédia ambiental do ano, O-eco, <https://oeco.org.br/noticias/rompimento-da-barragem-de-brumadinho-e-a-primeira-grande-tragedia-ambiental-do-ano/>, acesso em 15/12/22

Recebido em 30 de junho de 2023 e aceito em 1º de setembro de 2023

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.

